



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
COORDENADORIA ACADÊMICA
CURSO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

SAMUEL FRANK DA SILVA GONÇALVES, Ten Cel Inf

**A percepção das novas capacidades de emprego policial da Infantaria da Aeronáutica
pós missão de paz no Haiti**

Rio de Janeiro
2024

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
COORDENADORIA ACADÊMICA
CURSO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

SAMUEL FRANK DA SILVA GONÇALVES, Ten Cel Inf

**A percepção das novas capacidades de emprego policial da Infantaria da Aeronáutica
pós missão de paz no Haiti**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Escola de Comando e Estado-Maior da
Aeronáutica como requisito parcial para
aprovação no Curso de Comando e Estado-
Maior.

Linha de Pesquisa: Operações Militares.

Orientador: Fernando Vitor da Silva Neves.

Rio de Janeiro
2024

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial minha esposa, que muito me ajudou e entendeu os dias de minha ausência para a realização e conclusão deste trabalho. Sua ajuda foi fundamental.

À Força Aérea Brasileira pela oportunidade concedida para a minha capacitação profissional e a toda estrutura e militares da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica pela presteza na condução deste curso. Estarei permanentemente agradecido por tudo.

Ao Tenente-Coronel de Infantaria Neves pela orientação precisa, paciência na resolução das dúvidas, e pela disponibilidade constante. Meu muito obrigado.

A todos os integrantes do Curso de Comando e Estado-Maior do ano 2024, pelo apoio, acolhimento e compartilhamento de experiências nas diversas interações.

Por fim, agradeço a todos os Oficiais de Infantaria da Aeronáutica que me ajudaram na realização desse trabalho, pela disponibilidade e atenção nas respostas à pesquisa.

A todos esses os meus sinceros agradecimentos.

Mais do que olhar o deslocamento de tanques, de navios e de soldados e pesar os seus armamentos, Clausewitz convidou seus leitores para entender as motivações por trás das ordens dos governantes. É quando objetivos são alcançados que a paz retorna. Assim, ao desvendar suas razões, seria possível prever quando uma guerra pode acabar (MATTOS, 2023).

RESUMO

O objetivo geral do presente trabalho foi examinar como a participação de tropas de Infantaria da Aeronáutica (INFAER) nos Grandes Eventos de Copa do Mundo, Jogos Olímpicos, Operações de Paz (Op Paz) e Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) em 2017 agregou conhecimentos na Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira, indicados na Tarefa de Proteção da Força, especificamente nas atividades ligadas à Ação de Polícia da Aeronáutica e, ainda, a percepção dos oficiais do Quadro de Infantaria da Aeronáutica (QOINF) quanto aos ganhos auferidos nessas participações. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa aplicada exploratória, quantitativa e qualitativa, com coleta de dados nas formas documental, bibliográfica e por levantamento. Inicialmente, foram identificados documentos e trabalhos acadêmicos que versavam sobre as Op Paz e a resolução dos conflitos, a participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, a Infantaria da Aeronáutica na Tarefa de Proteção da Força e nas Op GLO. Posteriormente, após a análise documental, percebeu-se uma evolução doutrinária da concepção de emprego da INFAER a partir do ano de 2013, e perpetuada até os dias atuais, corroborada com a percepção dos oficiais do QOINF, com o conhecimento das atividades operacionais de Polícia da Aeronáutica em uma Op Paz e em Op GLO, a necessidade de um manual específico de Polícia da Aeronáutica, a importância da experiência em uma Missão de Paz sob a égide das Nações Unidas e a viabilidade da INFAER sustentar uma Op Paz com efetivo de 100 (cem) militares.

Palavras-chave: Infantaria da Aeronáutica; Evolução doutrinária; Proteção da Força; Percepção.

ABSTRACT

The general objective of the present work was to examine how the participation of Aeronautical Infantry (INFAER) troops in major events such as the World Cup, Olympic Games, Peace Operations (Peace Op), and Law and Order Guarantee Operations (GLO Op) in 2017 added knowledge to the Basic Doctrine of the Brazilian Air Force, specifically in the Force Protection Task activities linked to Aeronautical Police Action, and also the perception of Aeronautical Infantry Officers (QOINF) regarding the gains obtained from these participations. For this purpose, an exploratory applied research was developed, both quantitative and qualitative, with data collection in documentary, bibliographic, and survey forms. Initially, documents and academic works addressing Peace Op and conflict resolution, Brazilian participation in the United Nations Stabilization Mission in Haiti, Aeronautical Infantry in the Force Protection Task, and GLO Op were identified. Subsequently, after documentary analysis, an evolution in the doctrinal conception of INFAER employment from 2013 onwards was observed, perpetuated to the present day. This was corroborated by the perception of QOINF officers, with knowledge of Aeronautical Police operational activities in Peace Op and GLO Op, the need for a specific Aeronautical Police manual, the importance of experience in a Peace Mission under the aegis of the United Nations, and the feasibility of INFAER sustaining an Peace Op with an effective force of 100 (one hundred) military personnel.

Keywords: *Aeronautical Infantry; Doctrinal evolution; Force Protection; Perception.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Índices de respostas ao primeiro item do questionário.	25
Gráfico 2 - Índices de respostas ao segundo item do questionário.....	26
Gráfico 3 – Índices de respostas ao terceiro item do questionário.	27
Gráfico 4 - Índices de respostas ao quarto item do questionário.....	28
Gráfico 5 - Índices de respostas ao quinto item do questionário.....	29
Gráfico 6 - Índices de respostas ao sexto item do questionário.....	30
Gráfico 7 - Índices de respostas ao sétimo item do questionário.	31
Gráfico 8 - Índices de respostas ao oitavo item do questionário.	32
Gráfico 9 - Índices de respostas ao nono item do questionário.	33

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APOP - Agentes perturbadores da ordem pública

COMAE - Comando de Operações Aeroespaciais

COMAER - Comando da Aeronáutica

CPTM - *Core Pre-Deployment Training Materials*

DCA - Diretriz do Comando da Aeronáutica

FAB - Força Aérea Brasileira

GSD - Grupo de Segurança e Defesa

ICA - Instrução do Comando da Aeronáutica

INFAER - Infantaria da Aeronáutica

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MCA - Manual do Comando da Aeronáutica

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti

NOSDE - Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa

OCRIM - Organizações criminosas

OE - Objetivo Específico

OG - Objetivo Geral

OMP - Operações de Manutenção da Paz

ONU - Organização das Nações Unidas

Op GLO - Operações de Garantia da Lei e da Ordem

Op Paz - Operações de Paz

OSP - Órgãos de Segurança Pública

PF - Proteção da Força

QOINF - Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica

SIGPES - Sistema de Gerenciamento de Pessoal

UNPCRS - Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas

LISTA DE SÍMBOLOS

e - Erro máximo ou margem de erro de estimativa

N - Tamanho da população total

n - Tamanho mínimo da amostra de uma população finita

n_0 - Tamanho mínimo da amostra para população infinita

p - Valor amostral da proporção da população que pertence a categoria de interesse

q - Valor amostral da proporção da população que não pertence a categoria de interesse

Z - Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS	12
3	REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1	AS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ.....	13
3.2	O BRASIL E A MINUSTAH.....	15
3.3	O EMPREGO DA INFANTARIA DA AERONÁUTICA NA PROTEÇÃO DA FORÇA	17
3.4	AS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM E A FAB.....	18
4	METODOLOGIA	20
5	APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
5.1	A NORMATIZAÇÃO DA PROTEÇÃO DA FORÇA.....	22
5.2	PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA E RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO.....	25
5.3	PERCEPÇÃO DO QOINF COM A AÇÃO DE POLÍCIA DA AERONÁUTICA	26
5.4	PERCEPÇÃO DO QOINF COM A EVOLUÇÃO DA DOCTRINA DE POLÍCIA DA AERONÁUTICA	28
5.5	PERCEPÇÃO DO QOINF COM O EFETIVO NÍVEL COMPANHIA EM UMA OP PAZ.....	32
6	CONCLUSÃO	34
	REFERÊNCIAS	36
	APÊNDICES	
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	38
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	39
	APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE PESQUISA.....	40

1 INTRODUÇÃO

No período de 2011 a 2016, em torno de 250 militares da Infantaria da Aeronáutica (INFAER) participaram da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), por meio de rodízios semestrais, como parte integrante de uma Companhia de Infantaria de Força de Paz do Batalhão Brasileiro naquele país. Em termos operacionais, foi a primeira vez que a INFAER participou como contingente de tropa de uma Missão de Paz (LIMA, 2016).

Basicamente, nas atividades desenvolvidas nas Operações de Paz (Op Paz) com efetivo de tropa disposta no terreno, apresenta-se como prática principal a atividade policial de patrulhamento a pé e motorizado. Utiliza-se também a atividade de escolta de comboios e de controle de trânsito, e ainda, a segurança de pessoal e material de interesse da Organização das Nações Unidas dispostos no país onde a missão ocorre (GONÇALVES, 2018).

Nos efetivos que compunham os Pelotões de Infantaria da Aeronáutica nas Op Paz, somente os Oficiais e Sargentos eram de carreira, e assim, a grande maioria dos militares participantes da missão já não são militares da ativa. Vários dos militares de carreira que participaram de algum contingente e permanecem na ativa, já estão afastados da atividade operacional ou servindo fora dos Grupos de Segurança e Defesa (GSD). Mesmo com esse efetivo reduzido de militares, muitos dos conhecimentos e melhores práticas de técnicas, táticas e procedimentos foram utilizadas na rotina dos GSD em que serviam (GONÇALVES, 2018).

Ressalta-se que, concomitante a participação de militares da INFAER em Op Paz, ocorreram os Grandes Eventos no Brasil, em que se destacam: Copa da Confederações (2013), Copa do Mundo FIFA (2014) e Jogos Olímpicos Rio (2016). Cabe ainda destacar, posteriormente as participações em Op Paz, ocorreram as Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) acionadas durante todo o ano de 2017 e início de 2018 nas cidades de Natal-RN, Vitória-ES e Rio de Janeiro-RJ (HOLANDA, 2018).

Nos eventos acima mencionados participaram de tropas da INFAER em atividade policial extramuros do quartel, operando em ambiente urbano em prol da tarefa de Força Aérea de Proteção da Força. Tal atuação não faz parte da rotina de muitos Grupos de Segurança e Defesa, mas estão descritas na Doutrina Básica da Força Aérea (DCA 1-1/2020) e em Normativos do Comando da Aeronáutica que tratam da atividade de Polícia da Aeronáutica.

O emprego de tropas envolve a antevisão das circunstâncias operacionais para que os militares possam ser preparados a responder, com base em protocolos exaustivamente ensaiados, a demandas conjunturais utilizando o conhecimento desenvolvido durante o processo de educação militar e aprimorado a partir das experiências colhidas no terreno. A visão estruturada da estratégia permite compreender o arranjo operacional do preparo à mobilização das tropas (Pinheiro, 2015, p. 213).

Entende-se que para atuar efetivamente em cenários operativos de Op Paz e Op GLO, o militar de Infantaria da Aeronáutica requer modelos desenvolvidos de capacitação. Isso envolve a necessidade de revisão regular e sistematizada dos conteúdos ministrados na formação básica e no cotidiano de treinamento do GSD em que o militar presta o seu serviço. Dessa maneira, a atividade de Policial da Aeronáutica em solo brasileiro torna-se eficaz através dos avanços nas normas e no campo científico (OLIVEIRA, 2022).

Diretamente envolvidos na atividade de Preparo e Emprego da Força, os Oficiais da INFAER adestram os efetivos sob sua subordinação nas diversas Organizações Militares em que servem, a fim de realizarem com êxito a Tarefa de Proteção da Força, elencada na Doutrina Básica da Força Aérea. São esses oficiais que precisam encontrar as melhores práticas para adestrarem, e assim, cumprirem com seu dever diário de forma coerente e padronizada, conforme os regulamentos vigentes.

Diante desses acontecimentos, surge a inquietação de descobrir se existe um pleno respaldo documental para a realização das atividades operacionais de Polícia da Aeronáutica após os eventos ocorridos no período de 2013 a 2024, atentando para a necessidade da Força em proteger pessoal e material de interesse. Nesse diapasão, buscou-se também examinar como os Oficiais de Infantaria da Aeronáutica percebem a evolução da doutrina de preparo e emprego da INFAER para a Ação de Polícia da Aeronáutica.

2 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

A presente pesquisa teve como Objetivo Geral (OG) examinar como a participação de tropas de INFAER nos Grandes Eventos de Copa do Mundo FIFA 2014, Jogos Olímpicos Rio 2016, Op Paz e Op GLO agregou conhecimentos na Doutrina Básica da FAB indicados na Tarefa de Proteção da Força, especificamente nas atividades ligadas a Ação de Polícia da Aeronáutica e a percepção dos oficiais do Quadro de Infantaria da Aeronáutica (QOINF) quanto aos ganhos auferidos nessas participações.

Para realizar a verificação acima descrita, este trabalho teve os seguintes Objetivos Específicos (OE):

OE1) Analisar a Missão realizada por um contingente de INFAER em Op Paz na MINUSTAH com a Ação de Polícia da Aeronáutica e como a Missão agregou conhecimentos na Doutrina Básica da FAB.

OE2) Examinar o conhecimento dos Oficiais de Infantaria sobre as Atividades Operacionais de Polícia da Aeronáutica desenvolvidas na MINUSTAH, na Copa do Mundo FIFA 2014, Jogos Olímpicos Rio 2016, e nas Op GLO 2017.

OE3) Examinar a percepção dos Oficiais da INFAER quanto a necessidade ou não de um manual específico de Polícia da Aeronáutica, para o desempenho de suas atividades nas Unidades de Infantaria.

OE4) Examinar a percepção de importância dos Oficiais de Infantaria da Aeronáutica de participação dos militares da INFAER em uma Op Paz sob a égide das Nações Unidas para a evolução da Doutrina de Preparo e Emprego das atividades de Polícia da Aeronáutica.

OE5) Examinar a percepção dos Oficiais de Infantaria da Aeronáutica quanto à capacidade dos militares da INFAER sustentarem uma Missão de Imposição ou de Manutenção da Paz com um efetivo nível companhia, sob a égide das Nações Unidas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico aqui apresentado fornece a base conceitual e metodológica que orienta o estudo. Ele consiste na revisão de literatura existente sobre os temas de Op Paz, Op GLO, a participação das Forças Armadas nos Grandes Eventos de Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016, identificando teorias, modelos e conceitos que sustentam a investigação. Além disso, a Proteção da Força é um tema basilar para o presente estudo, pois integra todo o arcabouço doutrinário para as Ações de Força Aérea atinentes a Infantaria da Aeronáutica.

3.1 As Operações de Manutenção da Paz

Segundo Oliveira (2022), a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta no seu artigo 1º, a importância da cooperação técnica internacional como meio para promover o desenvolvimento cultural, social, econômico e humanitário global. Destaca-se ainda a necessidade de respeito aos direitos humanos como um elemento fundamental para assegurar a convivência pacífica entre os Estados-membros. Nos artigos 55 e 56 do capítulo nono, são estabelecidos princípios gerais para a cooperação técnica, visando garantir a harmonia nas relações entre os países e convocando todos os membros da ONU a se comprometerem com a cooperação mútua.

Desde a criação da ONU até os dias atuais, ocorreram mudanças significativas no perfil das operações de paz, muito em virtude das características dos conflitos. Uma das principais razões para essa transformação foi o aumento da preocupação com a proteção dos civis envolvidos. Esse foco aprimorado na gestão dos conflitos levou a um fortalecimento do aspecto humanitário das missões de paz, tornando-o fundamental na concepção do trabalho dos profissionais da ONU (KENKEL, 2012).

Na literatura internacional, há uma diversidade de definições para as operações de

manutenção da paz da ONU. O termo *peacekeeping* não oferece por si só uma compreensão clara do tipo de operação em questão. Com o aumento da quantidade e variedade de intervenções da ONU a partir dos anos 1990, muitos especialistas passaram a categorizar as Operações de Manutenção da Paz (OMP) com base em seus objetivos operacionais específicos. Assim, surgiram termos como "clássico" ou "primeira geração", "de segunda geração" ou "de construção", as "de imposição", entre outros, para diferenciar as abordagens. Essas distinções ajudam a compreender melhor a natureza e os objetivos de cada tipo de Operação de Paz (PINHEIRO, 2015).

Para as intervenções conhecidas como “clássicas”, são as que estão associadas mais especificamente ao capítulo sexto da Carta das Nações Unidas, com algumas interpretações como “quase capítulo sétimo”, por conta do uso da força em algumas situações. A intervenção clássica acontece com o fim das hostilidades com a interposição das Forças da ONU entre os agentes beligerantes, a fim de se criar um ambiente propenso a negociações e mediações, com a criação de zonas desmilitarizadas e o monitoramento de fronteiras (KENKEL, 2012).

Por conseguinte, para as intervenções conhecidas como “de segunda geração”, trata das questões ligadas a reconstrução em diversos aspectos dos Estados, principalmente no âmbito político. Tal intervenção necessita da anuência das partes em conflito. Tarefas civis como desarmamento, entrega de ajuda humanitária, assistência a deslocados e refugiados, organização de eleições aparecem como uma forma de estímulo a resolução do conflito (KENKEL, 2012).

Para as ações mais contundentes das Forças das Nações Unidas, existem as operações de “imposição da paz” ou de “terceira geração”, que são realizadas com base no capítulo sétimo da Carta das Nações Unidas. Essa atividade pode acontecer mesmo sem o consentimento das partes beligerantes de um conflito, a fim de um estabelecimento premente da Paz, por conta das hostilidades e a ajuda humanitária aos civis envolvidos. Tal ação tem ainda o grande objetivo de iniciar as negociações de Paz entre as partes em conflito (KENKEL, 2012).

As Op Paz conduzidas sob a égide da ONU são basicamente de duas maneiras: as missões de observação, que consistem em grupos reduzidos e desarmados que são implantados em uma região após a celebração de um cessar-fogo; e as OMP, que envolvem contingentes maiores, compostos por forças multinacionais armadas para autodefesa, cujo principal objetivo é intervir entre partes hostis. Essas operações têm como meta resolver crises ou estabilizar situações, afastando os confrontos para possibilitar o diálogo entre as partes envolvidas (HERZ; TABAK; HOFFMANN, 2015).

Com o término da Guerra Fria e a avaliação positiva do papel da ONU sobre a Guerra

do Golfo no início dos anos 1990, a Organização assumiu novas funções administrativas e políticas, desempenhando um papel renovado. Nesse contexto de uma nova ordem internacional, houve um otimismo considerável em relação ao papel da ONU e às oportunidades de reforma. Dessa forma, as OMP passaram a atender às necessidades atualizadas de defesa coletiva resultantes das mudanças pós-Guerra Fria, e isso resultou em sua presença duradoura em diversas regiões (HERZ; TABAK; HOFFMANN, 2015).

De acordo com a visão westfaliana no estudo das OMP, o estabelecimento da paz é realizado ao criar espaços políticos e institucionais que permitem que os Estados resolvam suas diferenças por meio de acordos e cooperação. Nesse sentido, questões internas dos Estados não são consideradas um problema para os *peacekeepers*, a menos que sejam solicitados a sentar nas mesas de negociação pelos países hospedeiros (PINHEIRO, 2015).

No entanto, outras perspectivas argumentam que o sistema westfaliano tradicional está em declínio. Baseados na ideia de "soberania como responsabilidade", defensores da perspectiva pós-westfaliana apoiam intervenções humanitárias para estabilizar e reconstruir sociedades afetadas por conflitos ou desastres, mesmo sem o consentimento dos governos locais (PINHEIRO, 2015).

A atuação do Brasil na MINUSTAH foi reconhecida internacionalmente e trouxe grande prestígio ao país, especialmente porque liderou o componente militar dessa missão. Essa liderança contribuiu para o avanço dos interesses nacionais brasileiros, sendo o principal deles o desenvolvimento econômico. Dessa maneira, durante treze anos, a participação brasileira reforçou a imagem do país no cenário internacional, destacando a coerência das ações dentro do sistema internacional. Essa coerência e liderança foram importantes para consolidar a reputação internacional do Brasil como um ator comprometido com a paz e a estabilidade global (SANTIAGO, 2018).

3.2 O Brasil e a MINUSTAH

A MINUSTAH se destacou por não seguir o modelo tradicional de operações de *peacekeeping*. Ela foi considerada uma missão complexa, respaldada pelo capítulo sétimo da Carta das Nações Unidas, devido à situação peculiar no Haiti. Em vez de um conflito convencional, o país enfrentava um processo de desintegração interna. A missão foi estabelecida sem um cessar-fogo no Haiti, e as milícias armadas que contribuíam para a desestabilização do país não haviam concordado em se desarmar na época (SOUZA NETO, 2012).

Conforme Souza Neto (2012), o Mandato estabelecido basicamente apresentava a

missão dividida em três áreas principais: garantir um ambiente seguro e estável, assegurar o respeito aos direitos humanos e apoiar o processo político no Haiti. A missão pode ser considerada uma operação de imposição da paz, englobando tanto atividades ofensivas quanto ações tradicionais de manutenção da paz e de estabilização, além de fornecer assistência humanitária.

Para fins de identificação de um inimigo, os grupos armados que se opunham à soberania do Estado Haitiano eram basicamente os seguintes: Gangues urbanas (Baz Labanye, Lame Ti Machete, Bois Neuf etc.); Ex-militares; Milícias Privadas (contratados de empresas); e as Redes Criminais (tráfico de drogas e armas). Por vezes, esses grupos armados possuíam apoio popular, que consideravam defensores de um Estado opressor e abusivo (PINHEIRO, 2015).

A MINUSTAH foi notável por não se enquadrar em uma Missão de Paz tradicional, mas sim em uma missão complexa em meio a uma violência urbana generalizada. Isso exigiu um treinamento cuidadoso da tropa, dado o envolvimento de civis e o ambiente urbano desafiador, especialmente em áreas como de Porto Príncipe, onde a maioria das tropas brasileiras estava destacada (SOUZA NETO, 2012).

No período de 2004 a 2005, a ordem inicial para os contingentes era de estabelecimento, a fim de examinar o grau de violência e as necessidades prementes de treinamentos e equipamentos. No período de 2006 a 2009, um intenso combate às gangues foi realizado, com o resultado de muitas prisões e mortes dos infratores da lei, culminando em dezembro de 2009 com uma declaração do *Forcer Commander* definindo a situação de segurança no Haiti como estabilizada (SOUZA NETO, 2012).

A partir dessa pacificação, uma missão específica de Manutenção da Paz se fez, fruto inclusive pelo grande terremoto ocorrido em 12 de janeiro de 2010. Um outro grande desafio se apresentou para as tropas desdobradas, pois a ajuda humanitária era primordial. Hospitais de Campanha foram instalados e o contingente desdobrado praticamente dobrou no período do terremoto até o primeiro semestre de 2011. A partir de então, o Mandato da ONU passou a incluir demandas aos brasileiros para apoio ao desenvolvimento, tornando-se mais consistente nos anos de 2014 e 2015, e de forma coerente foi sendo reduzida até a saída das tropas e o encerramento do Contingente Brasileiro em 2017 (HOLANDA, 2018).

Para a Força Aérea Brasileira (FAB), desde 2004, o apoio à missão foi restrito aos voos logísticos e de trocas de contingentes, com a participação de poucos militares para realizarem a missão de ligação com o Batalhão Brasileiro desdobrado. De janeiro a junho de 2010, por ocasião do terremoto, um hospital de campanha da FAB foi desdobrado no Haiti, com todo o

aparato necessário para a ajuda humanitária naquele momento. Somente em 2011, um Pelotão de INFAER, com um efetivo de vinte e sete militares, incorporou uma Companhia de Infantaria de Força de Paz. Ao total, foram nove contingentes de tropas da INFAER na MINUSTAH, com o último efetivo partícipe da missão em 2016 (HOLANDA, 2017).

Mesmo diante de desafios sociais e de segurança, ainda que em escala menor comparado à situação no Haiti, o Brasil demonstrou grande força para contribuir significativamente para a segurança reconstrução daquele país. A experiência brasileira no Haiti demonstrou que essa condição não representa uma contradição, mas sim possibilita que o país desenvolva uma abordagem específica para a crise haitiana, promovendo uma cooperação equilibrada baseada em soluções compartilhadas para os desafios que afetam ambas as nações, como as que foram necessárias intervenções federais em vários Estados do Brasil com as Op GLO.

3.3 O Emprego da Infantaria da Aeronáutica na Proteção da Força

Qualquer Força Aérea necessita de uma infraestrutura substancial em solo para executar suas operações, que vão desde o monitoramento do espaço aeroespacial até a logística e manutenção das aeronaves. Dada a vulnerabilidade tanto das instalações quanto das plataformas aéreas quando estão no solo, há a possibilidade de ações hostis serem realizadas nos domínios físico, eletromagnético e cibernético. Em situações de conflito armado, seja ele simétrico ou assimétrico, as bases aéreas, as instalações de monitoramento do espaço aéreo e as estruturas de comando e controle são alvos prioritários, devido ao seu alto valor estratégico no conflito (BRASIL, 2019).

A INFAER é formada por um conjunto de tropas terrestres organizadas, equipadas e treinadas para realizar ações de força aérea na superfície ou a partir dela, é capaz de operar em terrenos inacessíveis a veículos de transporte, enfrentar condições climáticas adversas e engajar-se em combate corpo a corpo em defesa dos meios sob sua guarda (BRASIL, 2019).

Dessa maneira, a Infantaria da Aeronáutica possui a incumbência formal de proteger o pessoal, o conhecimento, os equipamentos e as instalações do COMAER contra ataques cinéticos terrestres realizados por criminosos comuns, agentes de inteligência, sabotadores, agentes perturbadores da ordem pública (APOP), terroristas, organizações criminosas (OCRIM) e forças militares terrestres, aeroterrestres e anfíbias, utilizando-se da força quando necessário (BRASIL, 2019).

Para uma campanha ou operação militar, as Tarefas estabelecem os objetivos mais amplos nos níveis estratégico e operacional. A soma dos efeitos provocados pelas Tarefas auxilia na realização dos objetivos e na obtenção do estado final desejado. Dentre as sete

Tarefas da Força Aérea Brasileira definidas em sua Doutrina Básica, as que se aliam diretamente a Infantaria da Aeronáutica são: Proteção da Força e Apoio às Ações de Estado (BRASIL, 2020).

A Proteção da Força (PF) é a tarefa de assegurar a segurança do pessoal, do material, das instalações, das informações e das comunicações, em apoio às atividades operacionais, contra ameaças adversárias ou naturais, preservando o poder de combate da Força Aérea. Essa tarefa emprega todas as medidas necessárias para proteger a força de qualquer tipo de ameaça e é essencial para permitir a liberdade de movimento necessária para a realização das operações militares. Proteger tanto o pessoal quanto os meios escassos e frágeis do Poder Aeroespacial é crucial para operações bem-sucedidas (BRASIL, 2020).

A Tarefa de Apoio às Ações de Estado (ApAE) envolve as contribuições da Força Aérea para o desenvolvimento nacional e para atividades governamentais, sejam elas de natureza militar ou civil. Em geral, essas ações são conduzidas pela Força Aérea devido à falta de capacidades de outros órgãos públicos, a motivos estratégicos ou ao cumprimento de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, bem como em situações de defesa civil (BRASIL, 2020).

Uma crise regional também pode ser desencadeada por falhas nas instituições de segurança pública, como greves policiais, intervenção federal ou desafios na administração das extensas fronteiras territoriais. Isso pode impactar significativamente o nível de segurança local e, por consequência, o acesso da população a itens básicos de sobrevivência. As Op GLO são legalmente sancionadas pelo governo federal e devem ser autorizadas pelo Presidente da República, com regras de engajamento específicas à situação presente nas áreas onde as operações estão em andamento.

3.4 As Operações de Garantia da Lei e da Ordem e a FAB

Desde o início dos anos 2000, os elevados índices de violência das grandes cidades brasileiras estão associados diretamente ao crime organizado. As atividades realizadas por esses entes são das mais diversas que infringem a lei, como assaltos, homicídios, sequestros, tráfico de drogas e domínio de territórios em que o Poder do Estado exerce muito pouca influência, ocasionando uma sensação de medo e insegurança em toda uma população residente e uma gama de turistas que chegam a essas cidades (DARIO, 2020).

Para uma consciência situacional, no período de 2001 a 2010, ocorreram aproximadamente quinhentas mil mortes registradas como homicídio no Brasil, segundo dados registrados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024), conjuntamente a

assaltos, furtos, sequestros, tráfico de drogas, e outros crimes violentos. A partir do ano de 2013, o Brasil estaria sediando diversas competições desportivas internacionais e um estado de segurança era necessário para a imagem do País frente a comunidade internacional, para assegurar um ambiente estável e seguro nas cidades onde ocorreriam tais eventos.

O envolvimento das Forças Armadas Brasileiras no Haiti teve um impacto crucial na forma como elas passaram a encarar as Op GLO com uma abordagem muito mais proativa, utilizando dados de inteligência e planejamento detalhado. Em 2010, a convocação das Forças Armadas pelo então Presidente Lula para criar a Força de Pacificação e retomar o controle dos Complexos do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro, foi vista pelos comandantes do Exército e Marinha como uma oportunidade de aplicar o conhecimento adquirido na MINUSTAH. Eles destacaram que a experiência no Haiti foi fundamental para conduzir a operação de forma eficaz, utilizando as lições aprendidas em um contexto internacional para melhorar as estratégias domésticas de segurança (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2010).

Em complemento, foi estabelecido pela primeira vez, um conjunto de regras específicas para a atuação da força de pacificação, inspiradas na experiência das tropas brasileiras no Haiti. Essas diretrizes contribuíram para reduzir questionamentos e contestações legais durante as operações e conceder o respaldo jurídico e operacional para a atuação da tropa no terreno (DARIO, 2020).

Nesse sentido, por diversas vezes na década de 2010, as Forças Armadas Brasileiras envolveram-se em variadas situações de emprego tipicamente policial em seu próprio território, realizando atividades de segurança pública, por vezes por falha catastrófica dos agentes de segurança, provocado por movimentos grevistas e reivindicatórios, por vezes por necessidade premente do Estado Brasileiro em uma resposta a latente alta criminalidade.

Devido à demanda de apoio das Forças Armadas aos Órgãos de Segurança Pública (OSP) em certos Estados, a Força Aérea começou a destacar tropas de Infantaria da Aeronáutica para participar das Op GLO. Para esse tipo de operação, foi priorizada a seleção de militares que já haviam participado da MINUSTAH, devido à similaridade das missões desempenhadas pela tropa de Infantaria durante essa operação em solo haitiano (HOLANDA, 2017).

Surge a inquietação de pesquisa se a participação da INFAER nos Grandes Eventos, Op Paz e Op GLO, foi benéfica em termos operacionais e se foram realmente aproveitadas as experiências adquiridas, visando o respaldo procedimental para a atividade de Polícia da Aeronáutica. Nesse sentido, buscou-se também examinar como os Oficiais de Infantaria percebem a evolução de preparo e emprego da INFAER para a Ação de Polícia da Aeronáutica e a percepção quanto a capacidade de realização de Op Paz com um efetivo nível Companhia.

4 METODOLOGIA

O presente estudo se enquadra em uma pesquisa aplicada, de forma que o produto é de utilidade prática no âmbito da Força Aérea Brasileira, pois produz subsídios a participação de militares da Infantaria da Aeronáutica em Op Paz e o ganho doutrinário e operacional que agrega para as missões do cotidiano, no que tange à Tarefa de Proteção da Força.

Segundo Gil (2022), em relação à natureza dos objetivos, esta pesquisa se enquadra como descritiva e exploratória, de forma qualitativa e quantitativa, uma vez que buscou examinar a percepção da evolução doutrinária por parte dos Oficiais de Infantaria e os ganhos operacionais na participação em Grandes Eventos, Op Paz e Op GLO por contingentes de tropa da FAB.

A limitação do presente estudo centrou-se na coleta dos dados qualitativos, buscando as principais bibliografias e trabalhos que versavam sobre o envolvimento das forças armadas brasileiras no emprego policial, diretamente conectadas às Op Paz e Op GLO e delimitadas temporalmente entre os anos de 2013 a 2024. Os militares da INFAER são os militares considerados especialistas no assunto, pois, em essência, lidam em prover a segurança de pessoal e material de interesse do COMAER.

Para o método quantitativo, foi confeccionado um questionário estruturado e enviado a todos os oficiais da ativa do Quadro de Infantaria da Aeronáutica, desde Aspirantes à Oficial até os dois Oficiais Gerais, utilizando a escala consagrada de Likert (1932), para mensurar as percepções dentre cinco possibilidades de resposta – discordo totalmente, discordo, não concordo nem discordo, concordo parcialmente e concordo totalmente.

O questionário teve o intuito de examinar a percepção quanto ao conhecimento das atividades operacionais atreladas à Polícia da Aeronáutica realizadas nas Op Paz no Haiti, Copa do Mundo FIFA 2014, Jogos Olímpicos Rio 2016 e Op GLO 2017, a necessidade de um Manual específico de Polícia da Aeronáutica, a evolução na doutrina de preparo e emprego da INFAER no período de 2013 a 2024, a experiência na Op Paz para evolução da doutrina de preparo e emprego das atividades operacionais de Polícia da Aeronáutica, e por fim, a capacidade da INFAER permanecer em uma Op Paz com um efetivo de 100 (cem) militares para uma Missão de Paz da ONU para imposição e manutenção da Paz.

O envio do questionário foi por *e-mail* funcional Zimbra, momento que foram agrupados os oficiais de acordo com o ano de formação na Academia da Força Aérea. Quando não foi possível, tal agrupamento de envio foi realizado por círculo Hierárquico. O questionário foi testado inicialmente por alguns Oficiais-Alunos Curso de Comando e Estado-Maior do ano de

2024, a fim de examinar as possíveis falhas e interpretações errôneas. Após os ajustes, foi então enviado aos grupos de pesquisa no dia 23 de maio de 2024, limitados ao prazo de 19 (dezenove) dias para resposta.

Para a validade estatística dentro do espectro amostral, utilizou-se a fórmula de Cochran (1963):

$$n_0 = \frac{Z^2 pq}{e^2} \quad (4, 1)$$

Para fins desta pesquisa, para uma população pequena, foi estimada uma margem de erro (e) de 5% e um Grau de Confiança de 95%, para uma distribuição normal padrão (Z) de 1,96, e ainda, considerando uma distribuição heterogênea das respostas (50/50) e, portanto, os valores de (p) – pertencente e (q) – não pertencente, de 0,5 cada. O valor inicial de (n_0) depois foi ajustado para o valor estatisticamente representativo para a amostra:

$$n = \frac{n_0}{1 + \frac{n_0 - 1}{N}} \quad (4, 2)$$

Dessa maneira, aplicando às fórmulas os valores estipulados, e usando a quantidade de (N) = 418 oficiais da ativa do Quadro de Infantaria da Aeronáutica em Abril de 2024, conforme dados extraídos do Sistema de Gerenciamento de Pessoal (SIGPES, 2024), obteve-se o valor mínimo de (n) = 201 de respostas a serem recebidas pelo pesquisador para conseguir a confiabilidade estatística almejada. Ao final do período de resposta do questionário, a pesquisa obteve 215 respostas dos oficiais do QOINF.

Para o OE1, foram examinados os procedimentos operacionais realizados por contingente de tropa em atuação nas Op Paz e correlacionados com a atividade Policial (patrulhamento ostensivo a pé e motorizado, postos de checagem, escolta de comboios, operações de cerco, busca e apreensão, segurança de dignitários etc.), e assim, demonstrar quais Técnicas, Táticas e Procedimentos são similares e já foram incorporados na rotina de instrução dos Grupos de Segurança e Defesa (GSD) ou nas Op GLO.

Para os OE2, OE3, OE4 e OE5, foi realizada uma pesquisa limitada aos oficiais de Infantaria de Aeronáutica, através de formulário eletrônico, do posto de Aspirante a Oficial ao posto de Oficial General, todos da ativa, a fim de examinar a percepção nos seguintes quesitos:

- conhecimento ou não sobre as Atividades Operacionais de Polícia da Aeronáutica desenvolvidas na MINUSTAH, na Copa do Mundo FIFA 2014, Jogos Olímpicos Rio 2016, e na Op GLO 2017 Rio de Janeiro;

- necessidade ou não de um manual específico de Polícia da Aeronáutica;
- importância ou não de participação da INFAER em uma Op Paz sob a égide das Nações Unidas visando ganhos doutrinários; e
- capacidade ou não da INFAER sustentar uma Missão de Imposição ou de Manutenção da Paz no nível de efetivo de companhia.

Para as respostas do questionário, foi utilizada a Escala de Likert (1932). Após o recebimento das respostas e o atingimento do número representativo estatisticamente, foi realizada a análise dos dados e confecção dos gráficos de incidência, a fim de demonstrar a percepção dos militares do quadro de Infantaria na participação de tropas de Infantaria da Aeronáutica nas Op Paz e sua influência nas Op GLO e nas atividades de rotina afetas à Segurança e Defesa.

5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta etapa da pesquisa, os dados coletados foram organizados de maneira objetiva visando atingir os objetivos propostos, sob a ótica do referencial teórico apresentado. Inicialmente será apresentado como os processos de normatização dos conhecimentos foram realizados com a experiência adquirida nas Op Paz, Op GLO e Grandes Eventos, e posteriormente, a apresentação dos dados da pesquisa realizadas com os Oficiais do QOINF.

5.1 A normatização da Proteção da Força

A Doutrina Básica da FAB ratificou conceitos e desfez de outros que eram até então consagrados, visando evoluir com as novas formas de emprego que se mostraram mais eficientes, aliada às novas tecnologias. Para o aprimoramento operacional utiliza-se o trinômio: aproveitamento de experiências; acompanhamento da evolução estratégica e tática; e adaptação doutrinária a novas tecnologias incorporadas (BRASIL, 2020).

Para uma evolução doutrinária de Emprego da Força Aérea, foi publicado um documento específico voltado para a modernização, visando a condição da FAB no ano em que completar 100 anos de existência – “Concepção Estratégica Força Aérea 100”. Dessa forma, foi realizado um estudo para concentração de atividades afins visando a economicidade de meios e a melhor forma de preparo e emprego. Adicionalmente, adequou-se as Ações de Força Aérea às capacidades funcionais das Forças Armadas, alinhando a interoperabilidade no método conhecido como Planejamento Baseado em Capacidades (BRASIL, 2020).

Compreende-se por capacidade como uma aptidão para atingir um fim desejado, sob condições específicas, por intermédio de uma união de tarefas. As Capacidades necessárias ao

Preparo e Emprego da FAB norteiam as Ações de Força Aérea expostas na atual Doutrina Básica. As Capacidades possuem como predecessores a união das Características do Poder Espacial com as habilidades inerentes aos Meios de Força Aérea, traduzidos no Emprego da Força. Tais conceitos visam estudar o Estado Final Desejado e adquirir os equipamentos necessários para o alcance dos objetivos propostos, e paralelamente, capacitar os militares para a melhor forma de empregar os equipamentos existentes (BRASIL, 2020).

As Tarefas descritas pela Doutrina Básica apontam para objetivos mais abrangentes de uma campanha ou operação militar. Segundo o próprio conceito disposto na Doutrina, Tarefas são apresentadas como:

Funções operacionais exercidas pela FAB, que descrevem as possibilidades de emprego da Força Aérea e definem os propósitos mais amplos da participação do Poder Militar Aeroespacial em uma campanha ou operação militar (DCA 1-1, Volume 1, 2020, p. 13).

A Doutrina Básica da FAB especifica ainda que a PF é a Tarefa para garantir a segurança do pessoal, material, instalações, informações e comunicações, em apoio as atividades de emprego. Tal tarefa inclui todos as Ações necessárias para proteger a Força de qualquer tipo de ameaça. Cabe a Infantaria da Aeronáutica a missão de planejar, coordenar, normatizar e executar as ações necessárias para a Proteção da Força (BRASIL, 2020).

Segundo a Doutrina Básica da FAB de 2020, no seu volume 2, a Ação de Polícia da Aeronáutica “é a Ação que consiste em empregar Meios de Força Aérea para manter a lei e a ordem no interior de instalações militares ou em áreas de interesse da Força Aérea”. É um conceito específico da Infantaria da Aeronáutica, mas vago para o seu cumprimento no dia a dia. A atividade de Polícia da Aeronáutica abarca atualmente quinze atividades operacionais para o cumprimento de sua destinação de Proteção da Força.

A Diretriz que trata do Conceito de Emprego da Infantaria da Aeronáutica dita que as atividades operacionais desenvolvidas pela Polícia da Aeronáutica são as seguintes: bloqueio e controle de vias; busca e apreensão; controle de distúrbios; controle de trânsito; escolta; guarda de presos disciplinares, à disposição da Justiça e prisioneiros de guerra; perícia criminal no âmbito da Aeronáutica; medidas de controle no solo; patrulhamento ostensivo e segurança de autoridades (BRASIL, 2019).

Becker (2018) afirma que alguns dos militares que participaram da MINUSTAH foram empregados nas Operações da Copa do Mundo de 2014 e nas Op GLO durante os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, bem como durante a intervenção federal de 2017, também no Rio de Janeiro. A experiência desses militares em Op Paz contribuiu para a disseminação do conhecimento durante o planejamento e a execução das operações terrestres.

Os Manuais do Comando da Aeronáutica que tratam da Ação de Polícia da Aeronáutica foram criados ou atualizados entre os anos de 2014 a 2024, em paralelo às atividades de Op Paz e Op GLO. Gonçalves (2018) cita que os militares inseridos em tais operações participaram após as atividades no terreno na atualização de diversos Manuais do Comando da Aeronáutica – MCA, tais como: controle de distúrbios (125-3), Escolta motorizada (125-6), Posto de Bloqueio e Controle de Vias (125-7), e Proteção de Infraestruturas Críticas de Interesse Aeroespacial (125-15). O Quadro abaixo cita as legislações que foram atualizadas:

Quadro 1 - Atividades operacionais e legislações normativas.

Atividade Operacional de Polícia da Aeronáutica		Legislação normativa atualizada	Versões anteriores
1	Bloqueio e controle de vias	MCA 125-7 (2020)	2014
2	Busca e Apreensão	MCA 125-21 (2021)	-----
3	Controle de Distúrbios	MCA 125-3 (2020)	2015
4	Controle de trânsito	Sem legislação específica	-----
5	Emprego de Cães de Guerra	MCA 125-19 (2022)	-----
6	Escolta de Batedores	MCA 125-14 (2020)	2015
7	Escolta Motorizada	MCA 125-6 (2019)	2012
8	Guarda de Presos e Prisioneiros de Guerra	Sem legislação específica	-----
9	Medidas de Controle no Solo	MCA 125-11 (2020)	2015
10	Motopatrulhamento	MCA 125-18 (2020)	-----
11	Perícia Criminal	Sem legislação específica	-----
12	Policciamento Montado	MCA 125-25 (2023)	-----
13	Policciamento Ostensivo	NOSDE/PRO/205A (2024)	2019
14	Posto de Segurança Estático	MCA 125-15 (2022)	-----
15	Segurança e Proteção de Autoridades	MCA 125-13 (2019)	2015

Fonte: O autor.

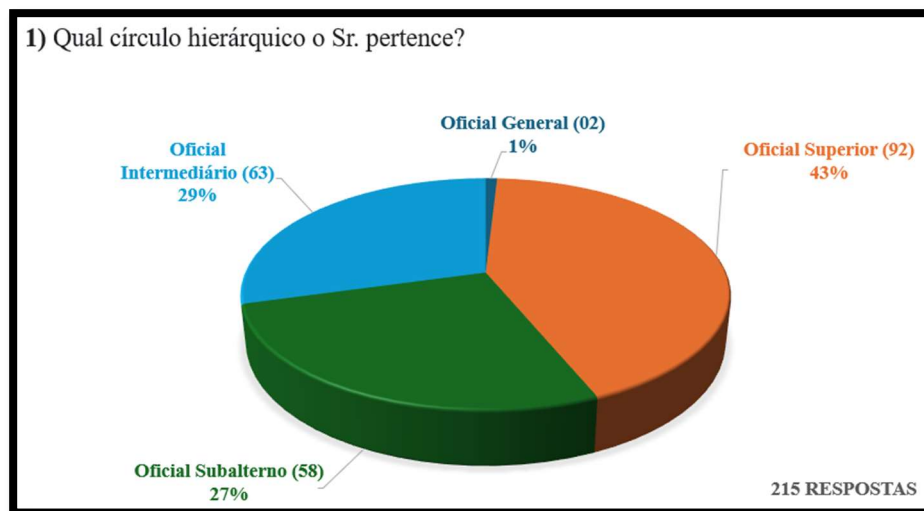
Percebe-se uma evolução doutrinária da concepção de emprego da INFAER a partir do ano de 2013, e perpetuada até dias atuais, que pode também ser atribuída a influência da participação de tropa nos nove contingentes na MINUSTAH e a participação nos Grandes Eventos, e nas Op GLO ocorridas nos últimos dez anos. Tal percepção está ligada diretamente a evolução nas Ações de Força Aérea atreladas às Tarefas de Proteção da Força, em um contexto envolvente da Doutrina Básica da Força Aérea. Todas as legislações existentes estão atualizadas e possuem um encadeamento lógico para o entendimento de sua finalidade.

No entanto, ainda existe uma carência de Manuais do Comando da Aeronáutica (MCA) ou Normas Operacionais do Sistema de Segurança e Defesa (NOSDE) referente às atividades operacionais de Guarda de Presos e Prisioneiros de Guerra, Perícia Criminal e Controle de Trânsito, e, em um contexto mais amplo e genérico, a própria atividade de Polícia da Aeronáutica. Para a plena realização de técnicas, táticas e procedimentos específicos de Polícia da Aeronáutica, é imprescindível o respaldo documental, a fim de resguardar a tropa atuante em suas ações. Tal percepção de carência documental foi observada durante a pesquisa com os oficiais do QOINF, e apontada conforme os dados apresentados nos próximos capítulos.

5.2 Participação na Pesquisa e respostas ao questionário

Conforme a metodologia aplicada, todos os oficiais da ativa do Quadro de Infantaria da Aeronáutica receberam o formulário de pesquisa em seu *e-mail* funcional Zimbra. A pesquisa esteve disponível por um período de 19 dias e recebeu 215 respostas dentre os 418 oficiais da ativa, do quadro de Infantaria da Aeronáutica, em Abril de 2024, e obteve a similaridade na proporcionalidade conforme os círculos hierárquicos.

Gráfico 1 - Índices de respostas ao primeiro item do questionário.



Fonte: O autor.

O recebimento dos dados foi bastante incisivo nos primeiros três dias após o envio da pesquisa e foi diminuindo com o passar dos dias, até que no décimo dia da pesquisa atingiu-se o número de 201 respostas e até o décimo quinto dia atingiu-se o número de 215 respostas e assim a validade estatística com a confiabilidade de 95%, conforme a metodologia escolhida para a representatividade estatística das respostas e assim, a confiabilidade dos dados adquiridos, conforme proporcionalidade evidenciada na tabela a seguir:

Tabela 1 - Quantidade de respostas e proporcionalidade no QOINF.

Posto QOINF	Círculo Hierárquico	Existentes (ativa)	Proporcionalidade no QOINF (%)	Proporcionalidade de respostas (%)
Brig	Of General	02	0,48	100 (02)
Cel				
Ten Cel	Of Superior	168	40,19	42,8 (92)
Maj				
Capo	Of Intermediário	109	26,08	27 (58)
1º Tene				
2º Ten	Of Subalterno	139	33,25	29,3 (63)
Asp Of				
Total	-----	418	100	-----

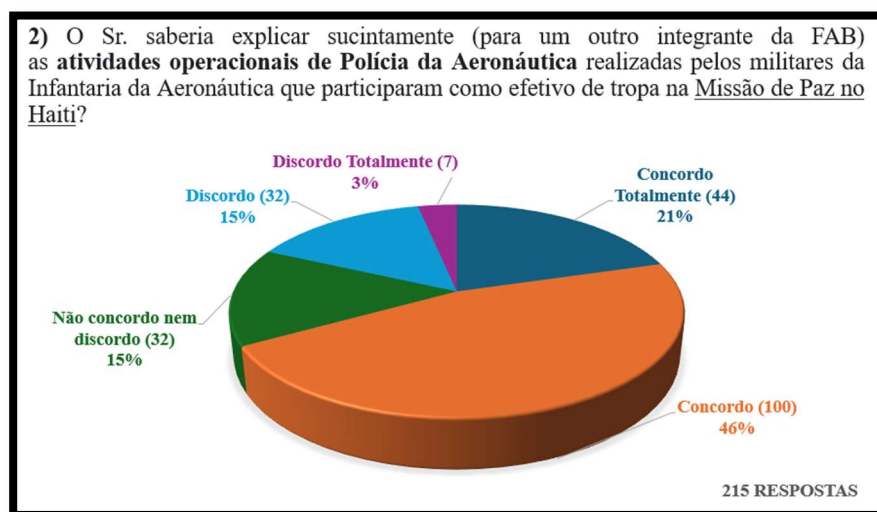
Fonte: O autor.

5.3 Percepção do QOINF com a Ação de Polícia da Aeronáutica

Por sua concepção e previsibilidade, a Ação de Força Aérea objetiva manter a lei e a ordem nas instalações militares e locais de interesse do Comando da Aeronáutica e está relacionada intrinsecamente na tarefa de Proteção da Força. A Concepção Estratégica vislumbra ainda vários cenários de atuação da Polícia da Aeronáutica, tais como: Ajuda Humanitária/Mitigação de Efeitos de Desastres; Conflito Regional; Conflitos Externos ao Brasil na América do Sul; Contribuição para a ordem e a paz mundiais e compromissos internacionais; Crimes transnacionais; Garantia da Lei e da Ordem; e Garantia da Soberania, integridade territorial e defesa patrimonial (BRASIL, 2018).

Com a pesquisa diversos dados de interesse da pesquisa foram obtidos. O Segundo questionamento teve o intuito de examinar a percepção dos oficiais QOINF quanto o conhecimento das atividades operacionais de Polícia da Aeronáutica em uma Op Paz.

Gráfico 2 - Índices de respostas ao segundo item do questionário.



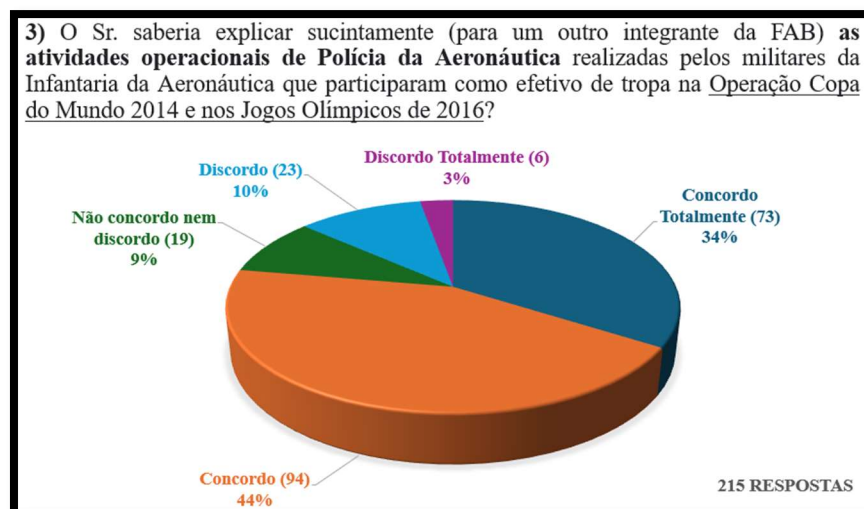
Fonte: O autor.

A similaridade está na realização de atividades tipicamente de emprego policial da Infantaria da Aeronáutica, como bloqueio e controle de vias, busca e apreensão, controle de distúrbios, controle de trânsito, escolta motorizada, policiamento ostensivo e posto de segurança estático.

Para a maioria de militares do QOINF, que concordam ou concordam totalmente, atinge-se o índice de 67% (144) que saberiam explicar as atividades de Polícia da Aeronáutica em um contexto de Op Paz no Haiti, dada a similaridade da atividade. Somente 18% (39) responderam que discordam ou discordam totalmente, não observando similaridade.

O terceiro questionamento teve o intuito de examinar a percepção dos oficiais QOINF quanto o conhecimento das atividades operacionais de Polícia da Aeronáutica nos Grandes Eventos de Copa do Mundo FIFA e Jogos Olímpicos Rio 2016. A similaridade está nas atividades de bloqueio e controle de vias, controle de distúrbios, controle de trânsito, emprego de cães de guerra, escolta de batedores, escolta motorizada, medidas de controle no solo, policiamento ostensivo, posto de segurança estático e segurança e proteção de autoridades.

Gráfico 3 – Índices de respostas ao terceiro item do questionário.



Fonte: O autor.

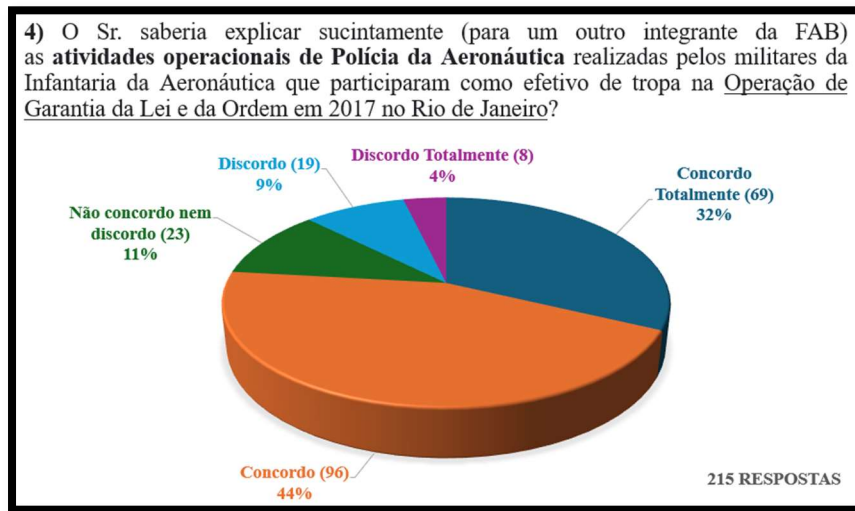
Novamente, para a maior parte dos entrevistados responderam que concordam ou concordam totalmente que conseguiriam explicar para outro integrante da FAB a atividade de Polícia da Aeronáutica realizada durante a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016, atingindo-se um índice de 78% (167). Para uma pequena parte com um índice de 13% (29) responderam que discordam totalmente ou discordam.

O quarto questionamento observou o conhecimento das atividades operacionais de Polícia da Aeronáutica nas Op GLO realizadas no ano de 2017 na Cidade do Rio de Janeiro e seu entorno. A atividade esteve muito similar as atividades desenvolvidas na Op Paz do Haiti,

por conta das atividades operacionais de bloqueio e controle de vias, busca e apreensão, controle de distúrbios, escolta motorizada, policiamento ostensivo e posto de segurança estático.

Cabe ressaltar que foi a primeira oportunidade de um efetivo da INFAER permanecer sob controle operacional do então, recentemente criado há época, Comando de Operações Aeroespaciais – COMAE, que diuturnamente realizava acompanhamento das operações em andamento das tropas adjudicadas dos GSD do Rio de Janeiro (RJ, GL, AF e SC).

Gráfico 4 - Índices de respostas ao quarto item do questionário.



Fonte: O autor.

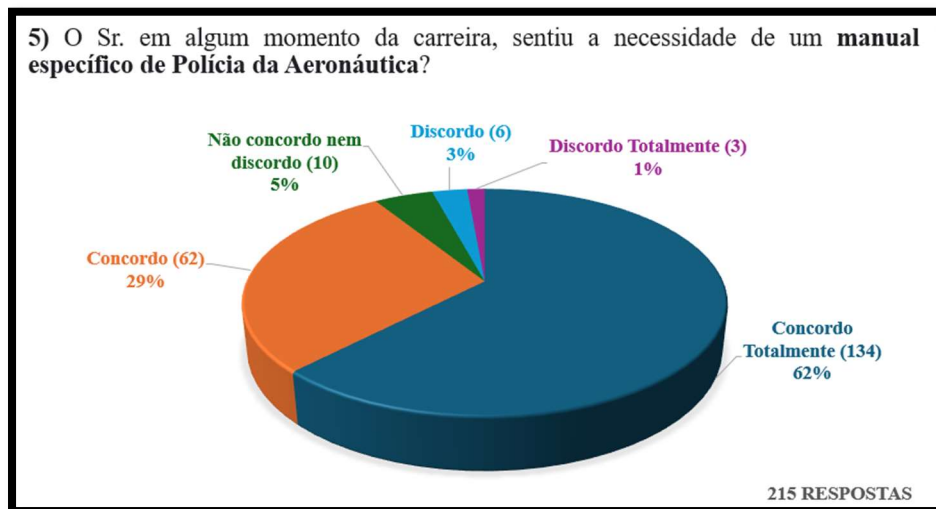
Por mais uma vez, a maior parte dos entrevistados responderam que concordam ou concordam totalmente, alcançando um índice de 76 (165), que saberiam explicar as atividades operacionais de Polícia da Aeronáutica realizadas no ano 2017 na cidade do Rio de Janeiro. Um índice acumulado de 13% (27) responderam que discordam ou discordam totalmente e assim não saberiam explicar as atividades desenvolvidas. É importante o conhecimento na atividade de emprego policial da INFAER nos Grandes Eventos em virtude da evolução doutrinária e procedimental que pode e foi difundida para as Unidades de Infantaria pós missão.

5.4 Percepção do QOINF com a evolução da doutrina de Polícia da Aeronáutica

Uma doutrina pode ser considerada uma tríade de uso das experiências adquiridas em exercícios ou em combate, aliada às melhores práticas observadas ou vivenciadas e a adaptação às novas tecnologias disponíveis (BRASIL 2020). Para as atividades operacionais de Polícia da Aeronáutica não seria diferente e nesse capítulo, buscou-se examinar a percepção dos Oficiais QOINF nos seguintes itens: necessidade de um Manual de Polícia da Aeronáutica, evolução na Doutrina nos anos de 2010 até 2024 e importância da experiência de uma Missão de Paz para a evolução da Doutrina.

Um Manual visa direcionar esforços, atividades e princípios a serem seguidos por todos em um determinado assunto ou ramo do conhecimento. Para a Infantaria da Aeronáutica, a atividade operacional de Polícia da Aeronáutica é uma das atividades mais realizadas por todos que lidam com a segurança e defesa em uma Organização Militar. O Manual específico de Polícia da Aeronáutica traria o embasamento teórico, a justificativa da realização de determinadas ações que visam resguardar pessoal e material de interesse, e ainda o respaldo do comandante ou ordenador de determinada ação que visa resguardar a instituição.

Gráfico 5 - Índices de respostas ao quinto item do questionário.



Fonte: O autor.

O quinto questionamento verificou a percepção dos oficiais QOINF da necessidade de um Manual específico de Polícia da Aeronáutica em algum momento da carreira. Verificou-se um índice de 91% (196) dos entrevistados que concordam ou concordam totalmente com a necessidade. Apenas 4% (9) disseram que discordam ou discordam totalmente da necessidade de um Manual específico.

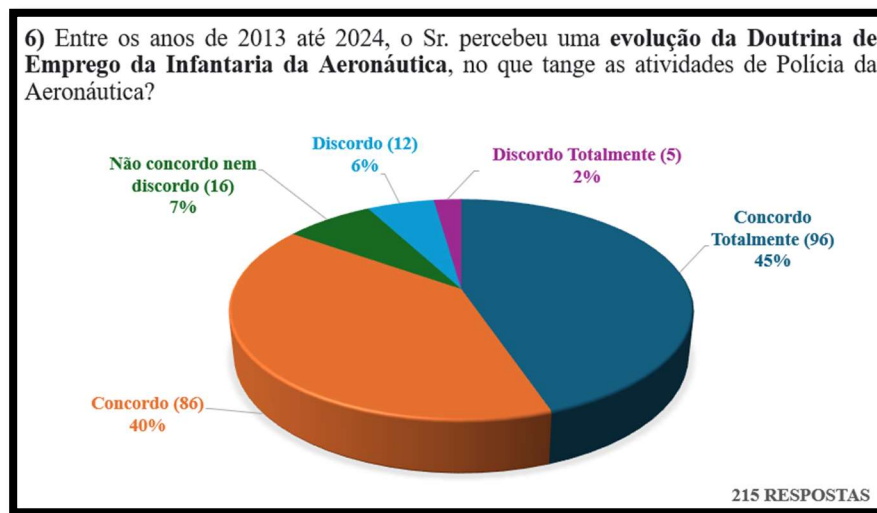
Apesar de existirem Manuais para o Estágio de Polícia da Aeronáutica, que abrangem ao Plano de Avaliação do Estágio de Polícia da aeronáutica (MCA 37-375/2024), ao Plano de Unidades Didáticas do Estágio de Polícia da Aeronáutica (MCA 37-376/2024), ao Currículo Mínimo do Estágio de Polícia da Aeronáutica (ICA 37-839/2024) e ao Conceito da Ação de Polícia da Aeronáutica (MCA 1-39/2022 – acesso restrito), existe ainda a inquietação dos oficiais QOINF a respeito da necessidade do Manual específico de Polícia da Aeronáutica.

Diversas atividades operacionais elencadas na tabela 1 já possuem seu manual específico para a realização respaldada das atividades. No entanto, uma atividade operacional carente de manual é a de controle de trânsito. Apesar do Manual de Escolta Motorizada (MCA 125-6/2019) e o de Escolta de Batedores (MCA 125-14/2020) tratarem superficialmente do

assunto, falta a profundidade necessária que o assunto requer, deixa o militar responsável pelo trânsito e policiamento utilizar o seu conhecimento empírico e a experiência dos seus pares para a realização das ações, que não é o ideal para a atividade.

O policial aeronáutico ainda necessita ter embasamento na atividade de guarda de presos e prisioneiros de guerra, e ainda, quando estiver designada a atividade de perícia criminal. Para tanto, para seguir as legislações brasileiras que tratam desses assuntos, poderão ser necessárias adaptações às cadeias e locais de guarda de presos, a fim de padronização. A atividade de perícia criminal requer ainda cursos especializados e equipamentos específicos.

Gráfico 6 - Índices de respostas ao sexto item do questionário.



Fonte: O autor.

O sexto questionamento verificou a percepção na evolução da doutrina de emprego da INFAER no período de 2013 até 2024 para as atividades de Polícia da Aeronáutica. Com um índice de 85% (182) a maioria dos entrevistados respondeu que concordam ou concordam plenamente com a evolução. Somente 8% (17) dos entrevistados responderam que discordam ou discordam totalmente da evolução da doutrina.

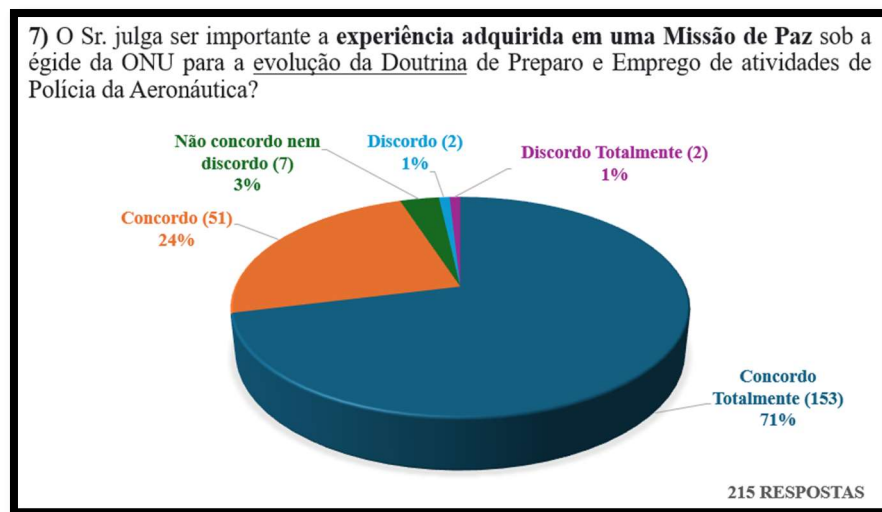
Uma evolução na doutrina está intimamente atrelada a criação ou atualização de manuais, ou seja, documentar a experiência adquirida. A tabela 1 mostra que das atividades operacionais que possuem legislação em vigor, as com atualização menos recente datam de 2019 – Segurança de Autoridades (MCA 125-13) e Escolta Motorizada (MCA 125-6). A grande maioria das legislações atinentes as atividades operacionais de Polícia da Aeronáutica está com menos de quatro anos de vigência, o que demonstra atualização e embasamento para a realização das atividades com os equipamentos atualmente existentes.

Quando se trata de missões sob a égide das Nações Unidas, deve-se levar em consideração o contexto em que foram inseridas. A experiência na MINUSTAH para os

militares de Infantaria da Aeronáutica agregou conhecimentos táticos do emprego da força, principalmente para a Ação de Polícia da Aeronáutica. As atividades de *peacekeeping* trazem a experiência de lidar com a população, entender os problemas que as pessoas comuns enfrentam no seu dia a dia e mostrar a importância do militar para prover um ambiente seguro e estável, e ainda, realizar ações que ampliam a simpatia da população pela força policial, como atividades de cooperação civil militar, entrega de água e alimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade, dentre diversas outras atividades.

Grande similaridade a Op GLO possui da atividade de imposição da força praticada durante o período de pacificação do Haiti, entre os anos de 2006 a 2009. Os contingentes de Pelotão da FAB na MINUSTAH começaram somente no ano de 2011, mas os treinamentos para o embarque para o Haiti traziam em parte o contexto mais agressivo de imposição da força, o que agregou ensinamentos para as unidades de Infantaria da Aeronáutica que recebiam seus militares no retorno da missão.

Gráfico 7 - Índices de respostas ao sétimo item do questionário.



Fonte: O autor.

O sétimo questionamento verificou a percepção dos Oficiais do QOINF quanto a importância da experiência em uma Missão de Paz sob a égide da ONU. Para a esmagadora maioria de 95% (204) dos entrevistados é importante a participação da INFAER em Missões de Paz, que resulta em uma evolução da Doutrina. Para 2% (4) discordam ou discordam totalmente da participação em Missões de Paz para evolução da Doutrina.

A fim de manter suas capacidades de pronto emprego em caso de necessidade e aceite do governo brasileiro em Op Paz, a Força Aérea e, por consequência, a Infantaria da Aeronáutica, participa do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS), com a disponibilidade de um efetivo equivalente a Pelotão (32

militares – 1 Tenente, 04 Sargentos, 08 Cabos e 19 Soldados) para integrar o Batalhão Brasileiro de Força de Paz em caso de acionamento e mobilização (BRASIL, 2021).

Para a preparação, o adestramento e a manutenção tática da tropa de Infantaria da Aeronáutica para fins de atendimento ao acionamento de uma Op Paz, faz-se necessário o cumprimento do caderno de instruções previsto no *Core Pre-Deployment Training Materials* (CPTM), que trata especificamente dos conhecimentos necessários para o engajamento em Missões de Paz sob a égide da ONU. As Op Paz constituem uma grande oportunidade para a aquisição de experiência operacional que, depois de consolidada e difundida, proporcionará um aumento nos níveis de capacitação, motivação e profissionalismo da tropa de Infantaria da Aeronáutica (BRASIL, 2010).

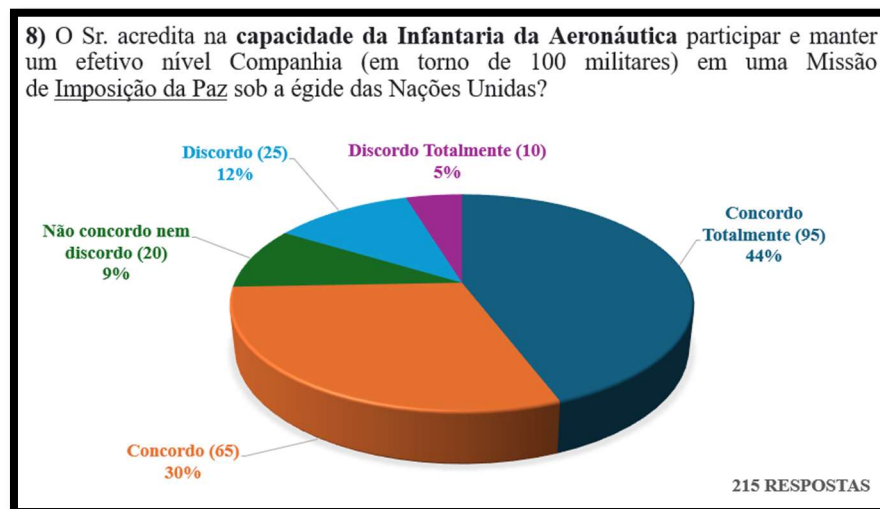
5.5 Percepção do QOINF com o efetivo nível Companhia em uma Op Paz

Para os quesitos dez e onze, coube examinar a percepção da INFAER poder sustentar um efetivo de aproximadamente 100 (cem) militares, em caráter de rodízio, para atuação nas Op Paz. A DCA 55-37 (2010) trata do assunto da seguinte maneira:

Ainda, com a finalidade de que haja melhores condições para a aquisição do conhecimento pretendido, bem como a máxima preservação da identidade e características típicas do emprego da Infantaria da Aeronáutica, doutrinariamente, é desejável que a tropa de Infantaria da Aeronáutica a ser empregada seja de valor subunidade (companhia) ou superior (DCA 55-37, 2010, p. 11).

Cabe destacar que uma Subunidade ou Companhia requer um passo maior na questão de um esforço logístico concentrado no sentido de mobilizar efetivos de uma mesma localidade, no melhor dos casos, ou ainda, a junção de efetivos de outras localidades para fins de adestramento e treinamento, visando a padronização de Técnicas, Táticas e Procedimentos.

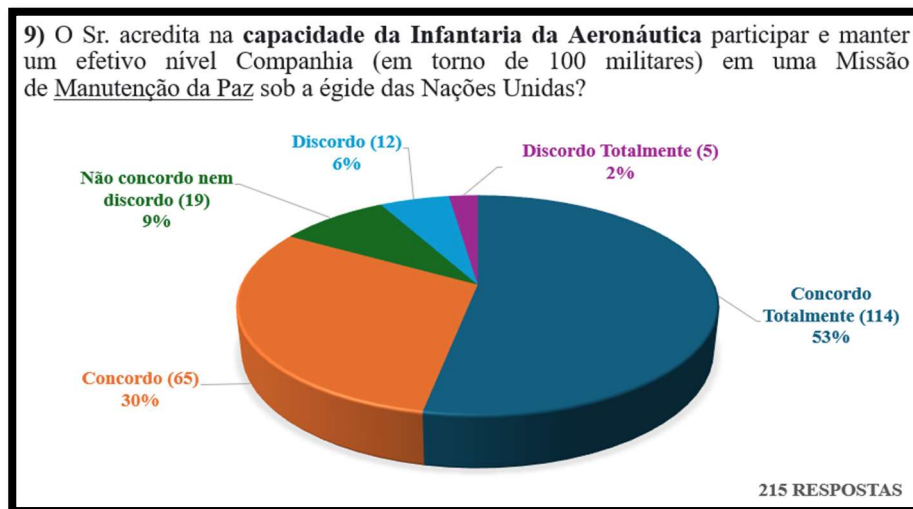
Gráfico 8 - Índices de respostas ao oitavo item do questionário.



Fonte: O autor.

Para uma Op Paz de imposição, 74% (160) dos entrevistados concordam ou concordam totalmente sobre a capacidade de sustentação da missão para um efetivo nível companhia a disposição da ONU. No entanto, um índice de 17% (35) responderam que discordam ou discordam totalmente com a capacidade de sustentar uma missão dessa magnitude. Nota-se uma confiança elevada dos Oficiais QOINF nesse quesito, o que poderia ser um empecilho para a atividade em virtude dos riscos envolvidos e a necessidade de um árduo treinamento para elevação dos padrões.

Gráfico 9 - Índices de respostas ao nono item do questionário.



Fonte: O autor.

Para uma missão tipicamente de manutenção da paz, obteve a seguinte percepção: 83% (179) dos entrevistados informaram que concordam ou concordam totalmente na capacidade da INFAER sustentar uma Op Paz com um efetivo nível companhia. Por outro lado, um índice de 8% (17) discorda ou discorda totalmente na capacidade de manutenção da missão com um efetivo de 100 (cem) militares aproximadamente.

Vale destacar que, tanto na situação de imposição quanto manutenção da paz, quando se disponibiliza um efetivo de 100 (cem) militares empregados na Op Paz, deve-se levar em consideração que pelo menos outros 200 (duzentos) devem estar em preparação ou seleção, e assim, os Comandantes Unidades de Infantaria que estão cedendo seus militares para as Op Paz devem computar a perda temporária desses efetivos para outras atividades.

Contudo, tais militares destacados não precisam, necessariamente, ser de um mesmo GSD. Mantendo-se a unidade tática de Pelotão, a Companhia poderia ser integrada por Pelotões de dois ou mais GSD diferentes e nos momentos oportunos, realizar os treinamentos em conjunto. Por fim, uma Companhia somente da INFAER em uma Op Paz poderá trazer grandes ganhos operacionais, muito além que um Pelotão já fez para a Ação de Polícia da Aeronáutica.

6 CONCLUSÃO

Os Grandes Eventos de Copa do Mundo, Jogos Olímpicos, Op Paz e as Op GLO tornaram-se grande indutoras para a evolução da doutrina de PF para o COMAER. O objetivo principal da pesquisa foi alcançado com a evidência de que os conhecimentos adquiridos pelas tropas em atividade policial na MINUSTAH resultaram em diversos ganhos para a Tarefa de PF, desde a atualização de manuais até o incremento de métodos afetos às atividades de Polícia da Aeronáutica, e os ganhos foram observados pelos oficiais do QOINF na pesquisa realizada.

Para a INFAER, a participação como efetivo de tropa, mesmo que somente de um pelotão, foi um ganho muito importante no que tange ao fomento e integração de técnicas, táticas e procedimentos importantes para as atividades do cotidiano e preparo para ações em casos de operações, exercícios e atividades de vulto que necessitam do emprego do policial da aeronáutica. Se antes a FAB limitava-se nas Missões de Paz em atividades de voo aerológico, o emprego de tropas foi um ponto de mudança de postura visto a importância e responsabilidade que a atividade requereu, gerando incremento doutrinário. Dessa forma, a participação da INFAER em contingentes de Op Paz agregou conhecimentos na Doutrina Básica da FAB.

Nos Grandes Eventos de Copa do Mundo e Jogos Olímpicos houve um emprego conjunto da INFAER com os OSP para o incremento da segurança, visando o desencorajamento para a realização de atividades ilícitas por potenciais APOP. Dessa forma, o efeito dissuasório de não enfrentamento às forças armadas foi atingido e toda a segurança empregada nesses eventos foram válidos para a manutenção de um ambiente seguro e estável.

A MINUSTAH foi notável por não se enquadrar em uma Op Paz tradicional, mas sim em uma missão complexa em meio a uma violência urbana generalizada. De maneira similar, as Op GLO se desenvolveram em meio ao caos ocorrido na falência dos OSP no que tange a atividade policial por um período na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2017. De maneira conjunta, a INFAER foi empregada em atividade tipicamente policial em sua área de responsabilidade, sob controle operacional do COMAE. Essa participação exitosa nas Op GLO gerou, dentre vários ganhos, a criação ou atualização de MCA que tratam das atividades operacionais de controle de distúrbios, escolta motorizada, posto de bloqueio e controle de vias, e proteção de infraestruturas críticas de interesse aeroespacial. Tais manuais trouxeram evolução na doutrina e incremento nas capacidades de emprego da INFAER, fato esse observado na percepção dos Oficiais do QOINF na pesquisa realizada.

A pesquisa de campo observou em muito a percepção dos oficiais do QOINF sobre vários assuntos de interesse da atividade do policial aeronáutico. Inicialmente, verificou-se o

conhecimento das atividades operacionais de Polícia da Aeronáutica na Op Paz no Haiti, Copa do Mundo 2014, Jogos Olímpicos 2016 e Op GLO 2017 e, para a grande maioria, reconhecem as atividades de emprego da Polícia da Aeronáutica nesses eventos. O conhecimento das atividades operacionais desenvolvidas é fundamental para a carreira do Oficial de Infantaria da Aeronáutica, visando melhorar qualidade do serviço prestado por esse militar, requerendo treinamento constante, atualização doutrinária e alinhamento com as tecnologias existentes.

Um quesito de elevada relevância na pesquisa foi o apontamento da necessidade de um manual específico de Polícia da Aeronáutica. Apesar de a maior parte das atividades operacionais existir um normativo específico, um manual para que descreva, por exemplo, a história, fundamentos, missão, organização, policiamento, trânsito e operações de Polícia da Aeronáutica torna-se fundamental para o pleno desempenho da função. A pesquisa revelou a percepção dessa carência entres os Oficiais do QOINF, com mais de 90% de respostas que concordam ou concordam totalmente com essa necessidade de manual.

A participação da INFAER nas Op Paz no Haiti gerou diversos ganhos operacionais que foram percebidos desde a fase de preparação, no emprego em terras Haitianas e depois ao retorno da missão. Durante os Grandes Eventos de Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016, fez-se necessário o emprego da Polícia da Aeronáutica em atividades operacionais, visando a necessidade de proteger meios aeroespaciais de interesse do COMAER. Os oficiais do QOINF perceberam que a experiência adquirida contribuiu para evolução da doutrina de preparo e emprego do policial aeronáutico. Dessa maneira, é de suma importância a manutenção da participação de militares da INFAER em eventos dessa magnitude.

No último tema de questionamento, uma previsão apresentada na DCA 55-37 (2010) e verificada pela pesquisa, foi a percepção dos oficiais da QOINF quanto à capacidade de sustentação de uma companhia em uma Op Paz. Pelo que foi apurado na pesquisa, pelo menos 74% dos entrevistados acreditam nessa capacidade e assim, o efetivo previsto de um pelotão em disponibilidade para o UNPCRS poderia ser revisto e atualizado, mediante apresentação ao Ministério da Defesa, após um estudo mais aprofundado de viabilidade.

O presente estudo apresenta a sua relevância dada a necessidade de manutenção de uma doutrina atualizada para a INFAER através de participação em Grandes Eventos, Op Paz e Op GLO, mas é limitada em observar se todas as Unidades de Infantaria da Aeronáutica conseguiram incorporar tais conhecimentos em suas rotinas, apesar da legislação existente, e ainda, em avaliar sua efetividade de forma tácita. Uma nova pesquisa pode tratar sobre o esforço logístico para mobilizar um treinamento de um efetivo de Companhia inteira da FAB, observando os óbices e ganhos a serem obtidos.

REFERÊNCIAS

- BEKER, B. **Manutenção do Emprego da FAB nas Missões de Paz da ONU**. Universidade da Força Aérea. Rio de Janeiro. 2018.
- BRASIL, Ministério da Defesa, Força Aérea Brasileira, Comando de Preparo. **DCA 125-5 Conceito de Emprego da Infantaria da Aeronáutica**. Brasília. 2019.
- BRASIL, Ministério da Defesa, Força Aérea Brasileira. **DCA 1-1 Doutrina Básica da FAB**. Vol. 2. Brasília. 2020.
- BRASIL, Ministério da Defesa, Força Aérea Brasileira. **DCA 11-45 Concepção Estratégica Força aérea 100**. Brasília. 2018.
- BRASIL, Ministério da Defesa, Força Aérea Brasileira. **DCA 55-37 Participação de Tropa de Infantaria da Aeronáutica em Operações de Paz**. Brasília. 2010.
- BRASIL, Ministério da Defesa. Força Aérea Brasileira. Comando de Preparo. **NOSDE/PRO/225 Preparo da Tropa de Infantaria da Aeronáutica para Missões de Paz da ONU**. Brasília. 2021.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Força Aérea Brasileira. **Portal do Militar: Tico-Tico**. Disponível em: <<https://apl1.sti.fab.mil.br/portal/faces/ticotico.xhtml>>. Acesso em: 17 abr. 2024.
- CÂMARA, I. P. L. **Em nome da democracia: A OEA e a crise Haitiana – 1991-1994**. Brasília: FUNAG, 1996.
- COCHRAN, W. G. **Sampling techniques**. 2. ed. New York: John Wiley and Sons, 1963.
- DARIO, D.M. **A intervenção federal e a construção do problema da segurança pública no Rio de Janeiro depois da redemocratização**. Revista Brasileira de Segurança Pública. V. 14 n.1. São Paulo. 2020.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- GONÇALVES, S. F. S. **A evolução operacional da INFAER a partir das missões de Paz da ONU**. Universidade da Força Aérea. Rio de Janeiro. 2018.
- HOLANDA, J. G. F. **A Contribuição do Conhecimento adquirido na Missão de Paz da ONU no Haiti e a atuação da tropa da FAB na Operação de Garantia da Lei e da Ordem durante os Jogos Olímpicos Rio 2016**. Universidade da Força Aérea. Rio de Janeiro. 2017.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Homicídios: 2001 - 2010**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/328>>. Acesso em 10 abr. 2024.
- KENKEL, K. M. **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. 2012.

LIKERT, R. **A technique for the measurement of attitudes**. Archives of Psychology. v. 22, n. 140, p. 5-55. New York: R. S. Woodworth, 1932.

LIMA, F. S. **O legado da participação da INFAER na Operação de Manutenção da Paz no Haiti**. Universidade da Força Aérea. Rio de Janeiro. 2016.

MATTOS, C. **Como acabam as guerras**. São Paulo, 03 mar. 2023. Disponível em <<https://crusoe.com.br/edicoes/253/como-acabam-as-guerras/>> Acesso em: 25 jun. 2024.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Acordo entre Jobim e Cabral dá início às atividades da Força de Pacificação (FPaz)**. Brasília, 23 dez. 2010. Disponível em <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/23122010-defesa-acordo-entre-jobim-e-cabral-da-inicio-as-atividades-da-forca-de-pacificacao-fpaz>>. Acesso em: 18 abr. 2024.

OLIVEIRA, G. M. **Instrumentalização do preparo de tropas de Infantaria da Aeronáutica para emprego em Missões de Paz a partir da MINUSTAH**. Universidade da Força Aérea. Rio de Janeiro. 2022.

PINHEIRO, J. S. **A atuação militar brasileira na MINUSTAH: Estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti**. Universidade de Brasília. Brasília. 2015. **práticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

SANTIAGO, A. E. **As forças de paz ou a paz à força: etnografia de uma missão de paz da ONU no Haiti**. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2022.

SOUZA NETO, D. M. **O Brasil, o Haiti e a MINUSTAH**. O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação. Brasília: IPEA, 2012, p. 243-267.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Pesquisa sobre **a percepção das novas capacidades de emprego policial da Infantaria da Aeronáutica pós missão de paz no Haiti.**

Prezado Oficial de Infantaria da Aeronáutica

Este questionário, de cunho totalmente acadêmico, faz parte da confecção de um artigo científico conduzido por mim, Ten Cel QOINF **Samuel** Frank da Silva Gonçalves, Oficial-Aluno da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica do ano de 2024. Gostaria de ressaltar tive o cuidado de enviar (pelo e-mail funcional) este formulário para todos os Oficiais da ativa do Quadro de Infantaria da Aeronáutica.

A minha pesquisa visa examinar como a participação de tropas da Infantaria da Aeronáutica nas Missões de Paz no Haiti agregou conhecimentos na Doutrina Básica da FAB, nas Ações de Força Aérea afetas a Tarefa de Proteção da Força, especificamente nas atividades ligadas a Polícia da Aeronáutica.

Por ocasião do tempo de pesquisa e análise dos resultados, peço encarecidamente que a resposta a este questionário seja realizada até o dia **10 de junho de 2024**. Acredito que não levará mais do que 6 minutos para responder as 11 questões de múltipla escolha.

Em caso de dúvidas, críticas ou sugestões, coloco-me inteiramente a disposição por intermédio do meu correio eletrônico funcional: samuelsfsg@fab.mil.br.

Desde já agradeço a atenção e participação!

Samuel Frank da Silva Gonçalves Ten Cel QOINF
Oficial-Aluno do CCEM 2024

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisador responsável: SAMUEL Frank da Silva Gonçalves Ten Cel Inf

Orientador responsável: Fernando Vitor da Silva NEVES Ten Cel Inf

O Sr. está sendo convidado a participar da pesquisa sob o seguinte tema: **“A percepção das novas capacidades de emprego policial da Infantaria da Aeronáutica pós missão de paz no Haiti”**.

Trata-se de um projeto de pesquisa acadêmica dedicado a investigar como a participação de tropas de Infantaria da Aeronáutica nas Operações de Paz da ONU agregou conhecimentos na Doutrina Básica da FAB e qual a percepção dos Oficiais do QOINF quanto à influência das Operações Paz nas atividades de Operacionais de Garantia da Lei e da Ordem e para as atividades de Segurança e Defesa de rotina na Organização Militar em que serve ou já serviu.

Procedimentos da pesquisa: após o consentimento do Sr. para a participação na pesquisa – que se dá após a leitura deste termo e a marcação da opção “aceito os termos da pesquisa” abaixo, você terá acesso ao questionário. Sua participação consiste em preencher o questionário. Esse procedimento leva cerca de 6 minutos e se dá apenas uma vez. A pesquisa é completamente anônima e voluntária.

Benefícios da pesquisa: o estudo possui caráter acadêmico, mas traz o potencial de apoio às participações de militares da FAB nas Missões de Paz da ONU, gerando inovação e agregação de conhecimentos afetos à atividade de Polícia da Aeronáutica, a fim de garantir procedimentos eficazes e efetivos nos regulamentos atrelados à Tarefa de Proteção da Força.

Ressalto que os dados aqui adquiridos serão tratados de forma sigilosa (sem a exposição da fonte) e serão utilizados unicamente nessa pesquisa. Sendo assim, não haverá qualquer tipo de represália e, portanto, cada resposta deve ser assinalada pelo Sr. conforme a percepção individual e experiência profissional.

Aceito os termos da pesquisa

APÊNDICE C - FORMULÁRIO DE PESQUISA

Srs, a percepção dos Oficiais de Infantaria é de suma importância para a pesquisa, pois tenho o objetivo de demonstrar (ou não) que houve evolução da Doutrina desde o ano de 2013, com criação e atualização de manuais afetos a Tarefa de Proteção da Força e como essa evolução foi percebida por aqueles que preparam e empregam as missões afetas à atividade de Polícia da Aeronáutica.

A pesquisa será grande valia para Força Aérea e para o Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica.

1) Qual círculo hierárquico o Sr. pertence?

- a) Oficial General
- b) Oficial Superior
- c) Oficial Intermediário
- d) Oficial Subalterno

2) O Sr. saberia explicar sucintamente (para um outro integrante da FAB) **as atividades operacionais de Polícia da Aeronáutica** realizadas pelos militares da Infantaria da Aeronáutica que participaram como efetivo de tropa na Missão de Paz no Haiti?

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo
- c) Nem concordo nem discordo
- d) Concordo
- e) Concordo totalmente

3) O Sr. saberia explicar sucintamente (para um outro integrante da FAB) **as atividades operacionais de Polícia da Aeronáutica** realizadas pelos militares da Infantaria da Aeronáutica que participaram como efetivo de tropa na Operação Copa do Mundo 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016?

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo
- c) Nem concordo nem discordo
- d) Concordo
- e) Concordo totalmente

4) O Sr. saberia explicar sucintamente (para um outro integrante da FAB) as **atividades operacionais de Polícia da Aeronáutica** realizadas pelos militares da Infantaria da Aeronáutica que participaram como efetivo de tropa na Operação de Garantia da Lei e da Ordem em 2017 no Rio de Janeiro?

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo
- c) Nem concordo nem discordo
- d) Concordo
- e) Concordo totalmente

5) O Sr. em algum momento da carreira, sentiu a necessidade de um **manual específico de Polícia da Aeronáutica**?

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo
- c) Nem concordo nem discordo
- d) Concordo
- e) Concordo totalmente

6) Entre os anos de 2013 até 2024, o Sr. percebeu uma **evolução da Doutrina de Emprego da Infantaria da Aeronáutica**, no que tange as atividades de Polícia da Aeronáutica?

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo
- c) Nem concordo nem discordo
- d) Concordo
- e) Concordo totalmente

7) O Sr. julga ser importante a **experiência adquirida em uma Missão de Paz** sob a égide da Organização das Nações Unidas para a evolução da Doutrina de Preparo e Emprego de atividades de Polícia da Aeronáutica?

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo
- c) Nem concordo nem discordo
- d) Concordo
- e) Concordo totalmente

8) O Sr. acredita na **capacidade da Infantaria da Aeronáutica** participar e manter um efetivo nível Companhia (em torno de 100 militares) em uma Missão de Imposição da Paz sob a égide das Nações Unidas?

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo
- c) Nem concordo nem discordo
- d) Concordo
- e) Concordo totalmente

9) O Sr. acredita na **capacidade da Infantaria da Aeronáutica** participar e manter um efetivo nível Companhia (em torno de 100 militares) em uma Missão de Manutenção da Paz sob a égide das Nações Unidas?

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo
- c) Nem concordo nem discordo
- d) Concordo
- e) Concordo totalmente